



APRENDIZADOS TRANSATLÂNTICOS: PENSANDO A UNILAB E AS RELAÇÕES ÁFRICA- BRASIL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE CAMPO EM GANA

Cristiane Santos Souza¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidade e Letras, Colegiado de Ciências Sociais, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil.

Maria Andrea dos Santos Soares²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidade e Letras, Colegiado de Ciências Sociais, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil.

Resumo: Este artigo busca apresentar reflexões sobre uma viagem que também é um retorno, um retorno às narrativas sobre África, às teorias, às memórias construídas pelos africanos em diáspora. Buscamos compartilhar os diversos níveis, teóricos, conceituais, metodológicos dessa experiência etnográfica nas cidades de Acra e Elmina (Gana) entre os dias 5 e 18 de agosto de 2018. Procuramos não deixar de lado as problematizações advindas do confronto entre as visões míticas de África, os estereótipos sobre África e africanos e a realidade vivenciada de múltiplos contextos, práticas e vozes lá encontradas. Esperamos evidenciar a importância desses aprendizados e sua relação com a missão social da Unilab de contribuir com a integração entre o Brasil e os países africanos; e de forma mais geral com a educação para a história afro-brasileira e da África com suas inúmeras sociedades e culturas.

Palavras-Chave: UNILAB; Antropologia; Gana; Relações África-Brasil; Lei 10639/03

APRENDIZAJES TRANSATLÁNTICAS: PENSANDO LA UNILAB Y LAS RELACIONES ÁFRICA-BRASIL DESDE LA EXPERIENCIA DE CAMPO EN GHANA

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Pesquisadora permanente do Grupo de Pesquisa: Processos Sociais, Memórias e Narrativas Brasil/África – NYEMBA/UNILAB; Professora associada do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Pós-Afro/UFBA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8814476853305554>. E-mail: criskasouza@unilab.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5380-4200>

² Doutora em Antropologia Social pela University of Texas at Austin-UT. Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Processos Sociais, Memórias e Narrativas Brasil/África – NYEMBA/UNILAB. Pesquisadora Associada junto ao Grupo de Estudos Musicais GEM/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1221109091620338> E-mail: mandreasantos@unilab.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9916-6606>

TRAVESSIAS ATLÂNTICAS E HORIZONTES DE CONHECIMENTO

Ao exercer o ofício de antropólogas e docentes da área enquanto pertencentes a certos grupos – pessoas negras, indígenas, mulheres - opera-se dentro de um campo o qual contribuiu para estabelecer o lugar, o nosso lugar, como os “Outros” do pensamento ocidental. Nossa implicação no campo deveria, idealmente, significar a quebra de paradigmas, a mudança de perspectivas epistemológicas, a proposição de novos objetivos para os saberes que são gerados e o investimento na função social do conhecimento. Este artigo pretende narrar e refletir sobre a experiência e o trabalho de campo realizado em Gana, na África Ocidental, em agosto de 2018 por estas duas antropólogas negras, docentes de uma instituição de ensino superior peculiar - a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Iremos inicialmente narrar alguns dos processos que caracterizam a instalação e consolidação dessa Universidade na Bahia³ a fim de pontuar tanto o que entendemos ser o caráter peculiar desta instituição de ensino superior, quanto ressaltar a importância e o significado desta viagem ao continente africano para a nossa formação profissional - e essencialmente humana - e para o nosso exercício docente dentro desta instituição.

A Unilab foi criada dentro de um contexto mais amplo de implementação e efetivação de políticas de ações afirmativas no campo educacional no país. Vale destacar, sobretudo, neste contexto, a importância das discussões e aprovação da Lei 10.639/2003,⁴ que tornou obrigatória a implementação do ensino da história da África e cultura afro-brasileira em âmbito público e privado em todo Brasil.⁵ A Lei 10.639/2003 alterou a LDB

³ A universidade surgiu no escopo do programa de governo de interiorização do ensino superior no Brasil (com um aspecto distintivo que é a internacionalização através da cooperação com os PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa). Sua sede administrativa está fincada nas pedras do Maciço do Baturité, na cidade de Redenção -região do sertão do Estado do Ceará, a mais de mil quilômetros de distância. A escolha desse município para sediar a Universidade justificou-se por ter sido o primeiro a abolir a escravidão no Brasil. O Campus dos Malês é um campus avançado fora de sede, numa das cidades mais negras do Brasil, assentada no território do Recôncavo Baiano.

⁴ Conferir a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. (Acesso em 30/05/2020).

⁵ Em complemento, no ano de 2008 foi aprovada a Lei 11.645 que torna obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas. Conferir a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. (Acesso em 30/05/2020).

(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei 9.394/1996.⁶ Surge, desta forma, a Unilab em julho de 2010, com sede no Estado do Ceará, pela Lei 12.289, com a missão institucional de formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos; bem como, para promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional no interior do Brasil.

A Unilab apresenta uma proposta diferenciada e desafiadora tanto em termos acadêmicos quanto políticos. Os princípios que orientam sua missão institucional revelam e se fundamentam nas lutas históricas dos mais diversos movimentos sociais, em particular dos movimentos negros (Deus, 2019; Gomes, 2017) e na busca pela desmistificação de um conjunto de imagens e representações do continente africano (Do Nascimento & Da Silva Lira; 2018.), e mais no acúmulo das reflexões destes processos nas disputas e reformulações epistemológicas e conceituais no âmbito das universidades brasileiras. Concretamente é na ação como docentes, pesquisadoras e agentes sociais no espaço da universidade que podemos fazer com que os princípios norteadores da instituição sejam transformados em ações efetivas no sentido de realizar e consolidar a interiorização, integração e internacionalização de um ensino superior insurgente em termos da produção e valorização de outras memórias, narrativas, maneiras de conhecer e fazer.

Ampliando a proposta de uma universidade *multicampi*, optou-se por criar um campus fora de sede no estado da Bahia. O ponto escolhido para o desembarque foi o município de São Francisco do Conde, no Recôncavo baiano. Recôncavo *de águas salgadas mansas*, de mangues e terras de massapé, uma porta de acesso para inúmeros africanos vindos de diversos lugares do continente africano. Irônico nos parece, pois no dia 09 de maio de 2014 aportaram os primeiros docentes no campus⁷, recepcionados por estudantes já instalados e vindos de diversos lugares.

⁶ Ver a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. (Acesso em 30/05/20); Brasil. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada*, Brasília, MEC, 2015; e Brasil. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, Brasília, MEC, 2004.

⁷ Estes profissionais tomaram posse para assumir as aulas presenciais dos cursos Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e a Licenciatura em Letras, do Instituto de Humanidades e Letras. Hoje, além desses dois cursos, o campus dispõe de mais os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História e Bacharelado em Relações Internacionais.

Em 12 de maio, passados três dias após a posse do primeiro grupo de docentes, numa brilhante e ensolarada tarde de sexta-feira o campus era inaugurado numa grande festa. Como dizem os mais velhos do povo de axé da Bahia, as coisas não são por acaso e aquela instituição nascia numa sexta-feira, dia consagrado neste solo ao orixá Oxalá, entidade do panteão africano iorubá, entidade da criação do mundo, aquele que teve a tarefa de modelar no barro o corpo dos seres humanos com sua grande sabedoria. Modelava-se um corpo institucional com vínculos históricos e ancestrais que almeja fazer renascer e/ou construir uma forma de olhar e fazer conhecimento que subverta velhas dicotomias, maniqueísmos e hierarquias que alimentam desigualdades.

Para toda criação é preciso tempo e a ele pedir licença ofertando-lhe agrado. Por isso, naquele momento, o novo campus da Unilab nasceu sem nome. O agrado veio com o reconhecimento com a história e a memória fincada naquele território. A necessidade de grafar em seu nome o que significou a presença dos africanos ali chegados que fizeram e se refizeram naquelas terras, se impôs. Resistência. Aquela proferida nas narrativas insubmissas aos ditos históricos e políticos hegemônicos. Insubmissas ao plantar nestas terras sementes que enraizaram firmes e delas fizeram nascer árvores não mais do esquecimento, em torno da qual nossos antepassados africanos foram obrigados e obrigadas a contornar ainda no continente; mas das lembranças que nos trazem memórias de lutas por dignidade e liberdade. Lembranças mais fortes com a presença das estudantes africanas e dos estudantes africanos vindos e vindas, por ora, dos PALOP, países de língua oficial portuguesa.⁸

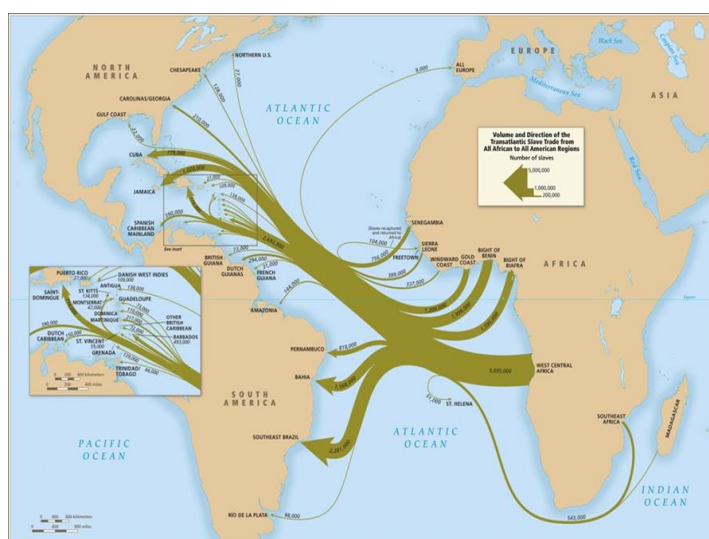
Parecia inevitável que aquele campus fosse batizado com o nome de Malês, que em contexto brasileiro representa uma história de luta por liberdade na cidade de Salvador e sua região, o Recôncavo Baiano. Cenário de muitas revoltas e insurgências de africanas/os e negras/os escravizadas/os no século XIX, em especial de uma das mais

⁸ A Universidade realiza a seleção dos países parceiros com o apoio das embaixadas – PSEE – Programa de Seleção de Estudantes Estrangeiros. Há um desejo e planejamento de ampliar as parcerias com os países africanos anglófonos e francófonos através de sistemas especiais de seleção, a exemplo do PEQ-G – Programa Estudantes Convênio de Graduação. O PEQ-G é um dos programas de cooperação internacional mais antigos e importantes do Brasil. Conferir Bathillon, Aldine Valente. *Estudantes guineenses: da educação secundária na Guiné-Bissau à educação superior na Unilab*, Brasil, 2016. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2016. Sobre a história das políticas de cooperação ver: Lessa, Antônio Carlos Moraes; Penna Filho, Pio. *O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 29 janeiro-junho de 2007, p. 57-81. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2561> (Acesso em 15 de maio de 2020).

importantes do período, ainda hoje emblemática e mágica no que desperta de energia vital nas lutas que seguem no tempo presente, a Revolta dos Malês.⁹

Para muitas das pessoas que desembarcaram nas terras brasileiras este momento representa de certa forma uma “redenção” histórica com os tempos dos negreiros. Eles chegam hoje para estudar, compartilhar e produzir conhecimentos com o desejo e projetos que os levarão, refazendo esta rota atlântica, para seus lugares de origem com qualificação profissional e outras possibilidades e sonhos de mudança.

Figura 1: Estimativas do deslocamento de africanos durante o tráfico transatlântico.



Fonte: https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/9z8ow9/map_of_the_atlantic_slave_trade_line_thickness. (Acesso em 31 de maio de 2020).

Simbólico, não!? Estávamos naquele momento da inauguração do campus performatizando festas e acontecimentos dos dias que seguiram ao 13 de maio de 1888. O Estado brasileiro parecia voltar no tempo para realizar o que havia deixado congelado por mais de um século. Reparação a uma dívida histórica de lá e de cá com aqueles que em tempos pretéritos produziram as riquezas do Brasil. Reparação para os inúmeros jovens negros, pobres do interior deste continental país, ainda explorados, marginalizados e empobrecidos econômica e socialmente. A imagem não seria mais da horda de mulheres, homens e crianças negras abandonadas à própria sorte, mas assistidas pelo Estado que “reconhecia” na força do trabalho empregado pelos negros/os africanas/os e brasileiras/os a riqueza econômica e sócio-cultural desta nação, afinal a Unilab nascia e

⁹ Conferir os trabalhos de João José Reis sobre as revoltas escravas na Bahia do século XIX, em particular: Reis, João José. 2003. *Rebeliões Escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 1–680.

grandes arranha-céus, avenidas e congestionamentos da paulicéia com os “típicos” calçadões cariocas do Leblon e Copacabana propalados pelas telenovelas. A tela que a percepção dos jovens vai apresentando a nós, num traço surrealista, é de um acabamento onde o Brasil parece ser constituído de pessoas brancas cercadas por sombreados de violência.

Logo essas percepções vão sendo dissolvidas no cotidiano vivenciado em cidades interioranas do Nordeste entre estes muitos sujeitos que dão corpo à instituição. Todas e todos têm em seus horizontes o desejo, os possíveis reais e os desafios que com o passar do tempo vão sendo redimensionados e (re)elaborados. Mas este processo se dá em múltiplos sentidos. A percepção e o imaginário da sociedade brasileira acerca da África e das/os africanas/os são de uma unidade homogênea exótica, selvagem e primitiva. No cenário da Unilab estas percepções atravessadas entre os daqui e os de lá acabam produzindo, a despeito dos conflitos, um universo vital e rico de aprendizado e crescimento.

Diríamos que somos profissionais negras privilegiadas já que exercemos a docência em uma Universidade brasileira que foi planejada para ser uma ponte entre o Brasil e o continente africano, um continente ao qual esta nação indubitavelmente está atrelada. Assim, a questão a nós colocada diz respeito à necessidade de se buscar novas (e antigas) epistemologias, de não apenas conceituar o decolonial, mas buscar práticas descolonizadoras. Ao ensinar nesta instituição que é a UNILAB - a qual é um sonho de longo tempo de muitos intelectuais negros e negras- é necessário manter uma atitude de crítica reflexiva acerca do cânone, das metodologias e das nossas próprias práticas pedagógicas.

As/os estudantes de nossas salas de aula vieram de diferentes lugares, diferentes países, regiões, contextos sociais e culturais. Ainda assim, para a maioria destas pessoas uma coisa está posta: eles/elas/nós somos descendentes daqueles que já foram o objeto de esquemas de categorização inferiorizantes e racializados por parte de várias áreas da ciência e do saber ocidental. Os esforços para gerar modelos alternativos de produção de conhecimento e de trazer novas perspectivas teóricas e epistemológicas requerem o pensar tanto sobre os maus usos das ciências e das suas práticas em relação aos povos colonizados quanto requerem sermos críticos em relação aos regimes de regulação que determinam os lugares hegemônicos de produção de conhecimento. Apesar de falar-se já

há algum tempo de um “sul global” ainda África é vista/pensada como lugar de coleta de dados e não de produção de conhecimento. Apesar da maior democratização do acesso ao ensino superior e da expansão da rede de ensino superior, a hierarquia que institui os centros “importantes” de produção intelectual no país se mantém concentrada de forma quase inalterada. Estas condições nos impõem a necessidade de buscar, por nós mesmos enquanto intelectuais negras, a conversa, o diálogo com nossos pares do outro lado do Atlântico.

A partir do convite para participar da ICALLAS – VI International Conference on Afro-Hispanic, Luso-Brazilian, and Latin American Studies¹¹ tivemos a oportunidade de ir a Gana em agosto de 2018. A oportunidade para visitar o continente africano se apresenta, para a maioria de nós docentes brasileiros da UNILAB, como algo valioso, para alguns, como uma missão de reconexão com nossa história e origem. Assim, ao começarmos a pensar sobre a possibilidade desta viagem, imediatamente iniciamos um inventário sobre o que sabíamos de Gana, sobre o lugar de Gana na história do continente, soube que povos viveram ou vivem lá. Após receber o aceite da proposta de painel submetida à conferência- proposta que, aliás, falava sobre a UNILAB e sobre as discussões acerca das teorias, metodologias e éticas de pesquisa no campo da antropologia social- verificamos um contato em Gana, um ex colega da época de doutorado que poderia nos hospedar. Enquanto isso, levantávamos informações sobre Gana. A primeira coisa foi tomar conhecimento que Gana foi um dos maiores portos de embarque de escravizados rumo ao Novo Mundo, já sabíamos que muitos africanos haviam sido levados dali, mas não tínhamos noção da magnitude do tráfico escravista. Também achávamos que a nação liderando o tráfico em Gana era a Inglaterra (porque sabíamos que Gana fôra colonizada pela Inglaterra), para nossa surpresa vimos a descobrir que um dos maiores entrepostos do comércio humano ficava em uma cidade chamada Elmina - um nome dado pelos portugueses no século XIV devido à quantidade de ouro que havia por lá. Assim, foram os portugueses os primeiros comerciantes de escravizados em Gana.

Na cidade de Elmina – a qual já existia muito antes dos portugueses por lá aportarem com o nome de Anomansah (“Água Inesgotável”) - os portugueses, a partir de acordos e garantias feitas com o chefe da cidade Kwamin Ansah, construíram o castelo de São Jorge da Mina, o *Elmina Castle* (Ashun, 2009). Hoje reconhecido pela UNESCO

¹¹ Para mais informações sobre ICALLAS – VI International Conference on Afro-Hispanic, Luso-Brazilian, and Latin American Studies encontram-se na página: <http://www.icallas.tcu.edu/ConferenceMain.htm>.

como patrimônio da humanidade, este castelo foi inicialmente construído para abrigar comerciantes portugueses que trocavam ouro, marfim e especiais por armas, munição, tabacos e bebidas. Logo nas primeiras décadas do século XVI, o castelo Elmina serviu exclusivamente ao comércio de africanos escravizados, continuando a ter essa finalidade mesmo depois da invasão holandesa de 1627, a qual desalojou os portugueses do Elmina.

Um outro dado sobre o Castelo Elmina diz respeito à estreita passagem localizada no porão do castelo que dava acesso ao mar e aos pequenos botes que levavam os cativos aos navios. Essa passagem é conhecida como “*The door of non return*” - “A porta do não retorno”. É sabido que outros portos em África onde o comércio de gente teve lugar também contavam com ritos e espaços que marcavam essa passagem de um mundo que os africanos capturados conheciam para um mundo desconhecido marcado pela travessia atlântica em condições terríveis. No Senegal também há uma “Porta do não retorno”, em Ouidah no Benin fala-se que obrigavam os cativos a dar sete voltas na “árvore do esquecimento”.

Por si só o castelo Elmina valeria a pena o investimento em fazer uma viagem longa e com recursos próprios, mas, além do Elmina, sabíamos um tanto superficialmente, que Gana, assim como Nigéria e Benin (e mais tarde descobrimos que também o Togo) recebeu grupos de “retornados”, como são chamadas pessoas africanas escravizadas, e mesmo livres nascidas no Brasil e que retornaram à África. No Benin e na Nigéria estes retornados são chamados de *Agudás*. Quando investigamos um pouco mais, descobrimos que em Gana eles se chamam *Tabom* e que inclusive há uma “Casa do Brasil *in* Gana - um centro cultural fundado em uma das casas que os retornados habitaram no final do século XIX no distrito de *Jamestown* - região conhecida como *Old Accra* (Acra Antiga). A casa foi reformada entre 2005 e 2007 durante encontros diplomáticos entre autoridades brasileiras e ganenses que procuravam estabelecer acordos comerciais bilaterais. Diante destas descobertas, Gana não era mais uma possibilidade, era já uma necessidade.

Assim, duas antropólogas negras brasileiras se propuseram à experiência da travessia Atlântica rumo ao continente e a permanência em terras africanas. Entre 05 a 18 de agosto de 2018 realizamos intenso trabalho de campo em Accra (capital de Gana), em Elmina no litoral sul de Gana, junto aos *Tabom* - o grupo de retornados do Brasil e em *Shay Hills* - um parque nacional e também sítio arqueológico. Neste Parque, nosso colega, o arqueólogo ganês William Glerkpoor, vem realizando trabalho de escavação, conservação e visitas educacionais acerca do legado dos povos que viveram na região,

especialmente do grupo conhecido como os *shay*. A produção de imagens fotográficas, audiovisuais, a pesquisa com documentos históricos e relatos orais produzidos neste período apresentam, sem dúvida, um imenso potencial; não apenas nas nossas pesquisas individuais, mas em termos de potencial pedagógico a ser desenvolvido com estudantes, sejam eles africanos ou brasileiros, sejam do ensino superior ou da educação básica. Pensando nos desafios da implementação da Lei 10.639/03 (Gomes, 2019) e nas limitações de acesso a informações e fontes confiáveis sobre história, cultura, sociedades africanas (Do Nascimento & Da Silva Lira; 2018) vemos neste material uma ferramenta capaz de contribuir para desconstruir as falsas construções e representações que se tem acerca do continente africano e suas várias realidades e dinâmicas sócio-históricas.

Iniciamos essa narrativa com a nossa passagem em Johannesburg, na África do Sul, e ao longo deste percurso revelamos memórias e sensações, inquietações e reflexões históricas a partir do encontro com o Museu do Apartheid, em Johannesburg, na África do Sul. É preciso dizer, antes de entrar no Museu, sobre as dificuldades de se viajar ao continente africano, inclusive como uma forma de pensar sobre formas de colonialidade que por vezes nos escapam. Gana fica praticamente em uma linha ligeiramente curva com Salvador. O satélite indica uma distância de 4.746 km. A distância entre Salvador e Johannesburg é de 7.050 km e a distância de Johannesburg até Accra é de 4.662 km. Consegue-se chegar de Salvador a Lisboa (cuja distância é de cerca de 6. 507 km) em um tempo mínimo de 8 horas. Demoramos 36 horas para chegar a Gana, um dia e meio. Além de não haver voos diretos de Salvador, a companhia que utilizamos (e que tinha o trajeto mais razoável na ocasião) ia de São Paulo à África do Sul, onde precisamos aguardar 12 horas para embarcar. É de se questionar estas distâncias que são menos geográficas e mais no sentido de imporem limitações à circulação de pessoas. De qualquer forma, aquilo que se impôs como uma dificuldade acabou por se revelar uma nova chance de aprendizado sobre a história, sobre África e sobre a contemporaneidade do continente.

Concebido durante os anos de governo de Nelson Mandela, esta proposta museológica ilustra o Apartheid e a história do século XX na África do Sul. Nele o lugar do “outro” nos foi ofertado. Após desembarcarmos, consultamos pessoas do aeroporto sobre lugares que poderíamos visitar, foi nos indicado este museu. Alugamos um carro por R\$ 150- (cento e cinquenta rand), o equivalente a \$15.00. O motorista ficaria cerca de 4 horas conosco em nossa visita. Chegamos ao local do museu, na frente um muro de tijolos à vista e a recepção também no estilo, compramos nossos *tickets* e seguimos a guia



sorridente que nos conduzia pela lateral do prédio enquanto falávamos que o acerto com o motorista foi muito bom. Chegamos à entrada ainda conversando alegremente e à nossa frente duas enormes catracas de ferro que iam do solo até o teto, cerca de 10 metros de altura se apresentaram à nossa vista. No alto, escrito bem grande lemos em uma delas “Branços” e na outra “Não Brancos”. O choque foi tamanho que a conversa emudeceu, os corpos retrocederam impactados e paralisaram por um momento, a seguir olhamos atônitas para a guia como quem pede uma explicação ou solução, ela devia estar acostumada com este tipo de reação, fez de conta que não percebeu, então vimos ao lado dela uma placa explicando que os ingressos traziam aleatoriamente a inscrição “Non-Whites” e “Whites”, e também explicando que os ingressos eram distribuídos aleatoriamente. Um pouco mais relaxadas, conferimos nossos ingressos, uma de nós tirou “White” e a outra “non-white.” Ao passar pelas catracas, entramos cada uma num corredor cercado por telas de arame onde documentos e fotos oficiais narram a história das classificações raciais na África do Sul. Os documentos de identidade conforme a taxonomia em voga em um determinado período descrevia a pessoa como branca, índia, colored, negro, e uma série de outros termos com os quais, ao longo da história, a burocracia estatal e a ciência tentavam dar conta dos povos “não brancos”.

Deixando este corredor, chegamos a um pátio exterior e pudemos perceber um pouco da arquitetura geral do museu, definitivamente ele não havia sido construído para este fim, tratava-se de uma construção mais antiga. Pensamos primeiro se tratar de uma prisão, mas as amplas salas circulares e o grande número de rampas não pareciam se configurar como um espaço de prisão, foram então informadas que o museu foi construído em um antigo depósito onde eram colocados os utensílios e também entulhos retirados da mina de ouro que havia nas proximidades.

O museu do Apartheid obteve sua coleção a partir de objetos doados ou adquiridos junto às pessoas que viveram o apartheid ou eram parentes de pessoas que viveram o apartheid, cartas, armas, trechos de vídeos de discursos políticos, móveis. Há também toda uma seção que dá espaço aos povos pré-históricos habitando a região assim como fotos do início da colonização e uma réplica de uma das celas onde Nelson Mandela ficou confinado por vários anos.

Retornamos ao aeroporto (não sem antes comprarmos vários colares da tradição Zulu em um pequeno centro comercial) refletindo sobre o museu, para além da coleção em si pensávamos, sobretudo acerca da concepção de museu que está posta ali, a qual

investe em provocar a sensação, em tocar neste nível subjetivo do visitante - o qual é deslocado do lugar de visitante para o lugar de alguém que vivenciou o Apartheid (a necessidade de passar efetivamente por uma catraca real que separava as pessoas por seu pertencimento racial).

Figura 2: Entrada do Museu do Apartheid com catracas da época da segregação indicando “Branços” e “Não Brancos”.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.

Finalmente desembarcamos em nosso destino. Gana possui um modesto aeroporto, bem diferente da magnitude do aeroporto de Johannesburg onde estávamos impressionadas pelo “panóptico central”. Depois de nos instalarmos no nosso *Airbnb* dentro do campus da *University of Legon* e falar brevemente com nosso colega William sobre como foi a viagem nos preparamos para um merecido descanso. No outro dia já se iniciava a conferência. A ICALLAS é uma conferência Bienal organizada pelos professores Komla Aggor da *Texas Christian University*; Joanna (argh) Boampong, da Universidade de Accra - Leggon e Yaw Agawau - Kakraba da *Pennsylvania State University*. Os interesses são interdisciplinares e assim o evento contou com um corpo muito diverso de palestrantes das áreas de literatura, estudos culturais, história, e artes. A conferência ocorreu no departamento de Línguas, onde está o programa de Espanhol (com foco na história, cultura e literatura afro- hispano diaspórica). Ao conversarmos com muitos participantes de diversos países, mas sobretudo de Gana e Nigéria percebemos o interesse pela história e presença negra no Brasil, e a vontade de algumas pessoas em

estudar português, ou criar programas de Língua Portuguesa em seus departamentos a fim de conhecer mais sobre a diáspora lusófona.

Durante nossa estada circulamos por diferentes lugares desde a sua capital. Na cidade o trânsito, o constante engarrafamento, os *outdoors*, os sons e ruídos de uma metrópole em crescente movimento nos forneceu elementos para questionar imagens distorcidas sobre as cidades africanas. Uma coisa que vários de nossos alunos na UNILAB nos relatam é como frequentemente algum brasileiro lhe pergunta se há carros na África, se há eletricidade. Ou seja, no imaginário popular médio África é vista como uma coisa só, talvez um país, mas um lugar primitivo, sem cidades, muitas selvas e animais selvagens, onde “tribos” guerreiam o tempo todo e todas as crianças são desnutridas. De certa forma, isto nem poderia ser diferente, muitas pessoas aqui cresceram vendo reportagens televisivas que mostravam duas Áfricas genéricas: uma sem gente que era paraíso de animais selvagens e outra onde as “tribos” se destroem. Por isto, parte dos esforços dos movimentos negros têm sido justamente recuperar e apresentar para a sociedade brasileira os legados históricos, científicos, tecnológicos, linguísticos, artísticos, arquitetônicos, literários, enfim, toda a vasta produção humana em curso há milhares de anos nesta imensa extensão de terra.

Gana, este país situado na Costa Ocidental do Continente Africano na região uma vez conhecida como “Costa do Ouro” foi, durante o período do tráfico escravista, disputado por Portugueses, holandeses e britânicos se tornou por fim um domínio colonial britânico no século XIX. Gana foi um dos maiores portos de partida de escravizados, garantindo o abastecimento desse mercado nas Américas durante séculos. Mas antes desta história do “comércio triangular” existiam outras histórias, esse território onde hoje se situa o estado nacional de Gana é habitado já há muito tempo. Como William nos explicou, o distrito onde fica a Universidade se chama Legon, que quer dizer “colina dos Le” em referência a um grupo humano que ali viveu há milhares de anos atrás. Ao andar pela cidade vimos nas roupas, nas capas de cadernos, nas mochilas, nos prédios e muros vários símbolos Adinkra- o sistema iconográfico do povo Akan, um dos grupos étnicos que compõem a sociedade ganense contemporânea. Outros grupos étnicos de Gana são os Ashanti, Fanti, Akan, Mole Dagbon, Ga-Dangme, Gurma, Guang, Grusi e Mande, sendo que uma das línguas mais faladas no cotidiano da Grande Accra é o Ga-Dangme.

Visitando mercados de arte, os grandes mercados tradicionais pudemos ter noção do quão vibrante e plural é esta cidade. E do quão atravessada por contradições entre a

produção artística, cultural e ritual e as demandas do mercado turístico; entre a beleza e a contaminação ambiental, entre o orgulho nacional ter sido o primeiro país africano a romper o domínio colonial e a dependência econômica do ocidente.

A VISITA AO CASTELO ELMINA

Contratamos um carro para nos levar até Elmina onde está situado o “Castelo Elmina” (Feitoria Elmina), no qual está a famosa “Porta do não Retorno” - a estreita passagem por onde cativos passavam para serem embarcados nos navios. A princípio subestimamos a distância, saímos por volta das 9 da manhã e só chegamos lá após as 13 horas da tarde. Elmina está localizada a aproximadamente 155 km a oeste da capital Accra, é uma cidade eminentemente pesqueira com cerca de 45 mil habitantes. Ao se aproximar a primeira coisa que se vê é esta construção europeia de castelo em forma quadrada em pedra sólida, caiada de branco. Ao chegarmos lá notamos o grande fluxo de pessoas. A cidade de Elmina é uma região eminentemente pesqueira, com inúmeros barcos de pequenas dimensões os quais ficam ancorados no canal de água doce que faz ligação com o mar. Aliás, foi este canal que deu origem ao nome original da cidade Ansomansoh - fonte de água inesgotável.¹²

Figura 3: Vista panorâmica da cidade de Elmina.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.

¹² Conferir: ASHUN, Ato (2009).

Como nosso colega William já realizou trabalhos arqueológicos na região, ele conhecia pessoas da administração do castelo e conversou por telefone com um dos guias, assim, tivemos tratamento VIP, o que na prática significou uma tour estendida pela cidade e pelo Forte San Yago da Mina - uma construção menor localizada na colina acima da linha costeira onde fica o castelo Elmina e o qual foi construído pelos holandeses após estes tomarem o castelo dos portugueses em 1627.

Começamos nossa *tour* pelo pátio central conjuntamente com outros visitantes. Cabe informar que a maioria das pessoas ali, eram pessoas negras de vários lugares: Estados Unidos, Europa, outros países africanos e nós, do Brasil. O guia explicou em linhas gerais quando o castelo foi construído (1482) por quem (portugueses) com que função (escambo de mercadorias como tabaco, bebidas, munição e armas por marfim, o ouro e especiarias) e como, a partir de meados do século XVI, o escambo de produtos deu lugar ao tráfico escravista. Este lugar específico se tornou um dos epicentros do comércio humano, com uma estimativa de até mil pessoas embarcadas em cada viagem, ocorrendo muitas viagens por ano ao longo de 350 anos. A seguir explicou como as pequenas modificações que a arquitetura sofreu ao longo dos séculos e as fases de ocupação do castelo: 1482 a 1627 portugueses; 1627 a 1872 holandeses, 1872 a 1957 Ingleses e finalmente, em 1957 o recém independente estado nacional de Gana passa a tomar conta do castelo.

Figura 4: Castelo Elmina - portão de acesso.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.



Figura 5: Castelo Elmina, vista interna.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.

Passamos a andar pelas masmorras. Foi aqui que tivemos a sensação de que, pela primeira vez, ter outras pessoas conosco em uma visita guiada diminuía a angústia. Em geral, não apreciamos muito quando nossas *tours* guiadas tem muitas pessoas fazendo perguntas, circulando, tirando fotos. Parece-nos que nesta experiência foi exatamente ter esses colegas momentâneos que nos permitiu sermos menos afetadas por aquele ambiente. O cheiro ocre do calabouço reservado às mulheres era quase insuportável. No entanto, o guia nos lembrava que na época em que o tráfico estava a pleno vapor, centenas de mulheres eram postas ali, para dormir sobre as pedras frias de um até dois meses, sem muita comida e água, sem direito a banhar-se e sendo por vezes estupradas pelos governadores, soldados e comerciantes. Quando passamos a um pátio interno lateral, menor que o pátio interno central, foi-nos explicado que ali acima estava a varanda dos governadores de onde eles davam as ordens aos soldados e de onde por vezes eles mandavam que as mulheres fossem trazidas do calabouço a fim de escolher uma delas para manter relações sexuais. Neste mesmo pátio interno lateral haviam algumas bolas de aço, eram bala de canhão, nas quais, segundo o guia, ficavam amarradas correntes de ferro. Quando uma mulher se rebelava, o que em geral significava que ela se recusava a servir sexualmente o governador ou soldados, ela era trazida para o pátio e a corrente era fixada em seus tornozelos e lá ficava na chuva ou no sol sem água e sem comida, até que fosse ordenado que ela fosse tirada de lá.

Voltando ao pátio central, passamos por duas celas, uma para punir soldados por desobediência e maus comportamentos e uma outra para os africanos que tentassem se rebelar, esta última, com uma gravura de caveira esculpida no topo era uma sala de condenação, ninguém que entrasse nela saía vivo e os cadáveres eram lançados ao mar.



Dali seguimos para o porão do castelo, indo pelo caminho por onde os homens e mulheres acorrentados uns aos outros eram obrigados a passar, se abaixando e se esgueirando entre as pedras até chegar à estreita passagem que os levaria aos pequenos barcos e destes, aos navios. Esta abertura de pedra estreita é o que chama de A porta do não retorno, “*door of non return*”. “Ninguém que tenha atravessado por ela há retornado”; disse-nos o guia. A escuridão do lugar, o frio opressivo da pedra, a companhia agora silenciosa de mais de uma dezena de pessoas, tudo isso colaborou para criar uma profunda sensação de reconhecimento, um reconhecimento de uma humanidade roubada, interrompida. A estreita abertura deixava ver o mar da baía onde tantos navios, por tanto tempo, levaram tantos seres humanos, muitos dos quais pereceram ao longo do caminho de águas salgadas, e ficaram no fundo do mar. Ao olhar aquele mar, quase víamos a nossa Baía, a Baía de Todos os Santos onde tantos daqueles sequestrados em África vieram parar.

As pessoas já estavam cansadas, nós também. Não apenas o cansaço físico pelas já mais de duas horas de visita, mas, sobretudo uma espécie de sobrecarga psíquica ativada ao passear por essa história, tão diretamente relacionada à nossa própria existência. Esta era uma sensação que temos certeza não apenas nós duas experienciamos, a julgar pelas expressões das outras pessoas ali, pelas coroas de flores depositadas em algumas das masmorras. Em uma destas coroas trazida por um grupo de estudantes afro americanos lia-se: “Para honrar a memória das pessoas da África Ocidental”.

Subindo as escadas pudemos ver a capela holandesa, os gabinetes onde religiosos, vice-governadores e outras autoridades mercantis, religiosas e da administração colonial faziam reuniões. Do lado exterior vimos as torres as quais na época portuguesa e holandesa eram guaritas de observação, mas que durante o domínio britânico serviram de prisão para o rei e para a rainha Asante. Ele, nomeado Nana Asantehene Prempeh o I resistiu ao domínio britânico, foi capturado em 1896 e aprisionado em uma das torres por 04 anos e a seguir exilado para as ilhas *Seichelles*, onde permaneceu por 23 anos até o seu retorno em 1924. Ela, Yaa Asantewa, aos 60 anos, resistiu a tentativa da autoridade colonial britânica de sentar-se no trono sagrado dos Asante, o que lhe rendeu o aprisionamento na torre, e a seguir o exílio para as *Seichelles* onde veio a falecer.

O fato pouco conhecido do público em geral, de que foram os portugueses que iniciaram o tráfico escravista em Gana, já de imediato relacionamos Gana, mais especificamente o Castelo Elmina, com o Brasil. Aqui se pode vislumbrar um pouco da

materialidade do que se chama mundo transatlântico, uma vez que, 18 anos antes de desembarcar no Brasil, os portugueses construíram um castelo em Gana e quando já estavam aqui deste lado do atlântico se ocuparam em capturar, estocar, comerciar e trazer gente em seus navios. A imponente arquitetura construída em uma baía estratégica e cercada por toda a extensão de sua muralha por canhões, uma rosa dos ventos construída em pedra na lateral do castelo, são elementos que nos revelam parte da geopolítica do período que o ocidente chama “grandes navegações”. De maneira similar, a distribuição hierárquica dos espaços destinados para homens escravizados, mulheres escravizadas, as capelas, os quartos e suítes dos governadores, as marcas arquitetônicas da mudança de um período para outro, os espaços pensados para punição e despersonalização revelam aspectos de como era administrado este comércio infame.

Para finalizar, é preciso dizer que tem um significado profundo para pessoas negras na diáspora ir à África. Para pessoas negras que entendem essa condição de negritude seja como um dado político, como um fato espiritual, ou ainda como uma condição de ser no mundo que está intrinsecamente ligada com um momento histórico do qual o castelo Elmina é testemunho sólido, para estas pessoas estar em África é honrar a memória daqueles forçados a cruzar a porta do não retorno. Retornamos.

Figura 6: Quadrado



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.

Figura 7: Estreita passagem conhecida como “Porta do não Retorno”



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.

VISITA AOS TABOM

Conforme contam, o grupo de retornados que chegou a Gana vindos do Brasil, são chamados de Tabom porque quando chegaram, responderam a tudo que lhes era perguntado com a popular expressão em português do Brasil “tá bom”.

Através do contato com a embaixada do Brasil em Gana, obtivemos o telefone do “*linguist*” - porta voz do Manse Tabon Nii Azuma V. Marcamos uma audiência para uma quinta-feira antes do nosso retorno no sábado. O Manse Nii Azuma V e sua família nuclear residem próximo ao grande centro comercial do distrito de Madina cerca de 30 min (que o trânsito em geral transforma em mais de 1 hora) do distrito de Legon onde fica a universidade. Fomos em quatro pessoas já que nos acompanhavam a Dra. Boampong e seu orientando.

Estávamos um tanto desajeitadas para este encontro, havia uma série de ritos de libação em língua Ga e todo um protocolo do qual só entendíamos a palavra “ago” - também usado no candomblé para pedir licença. Mas conforme a visita avançava, e o Manse, seu tio, sua esposa e sua filha passaram do Ga para o inglês, nós duas fomos entendendo melhor o contexto da vinda destes retornados, do seu estabelecimento e assimilação em Gana, do seu papel na sociedade ganense, das tensões entre as promessas

políticas e aproximações feitas com a diplomacia brasileira e o não atendimento de uma demanda de alguns dos Tabons de serem reconhecidos como brasileiros.

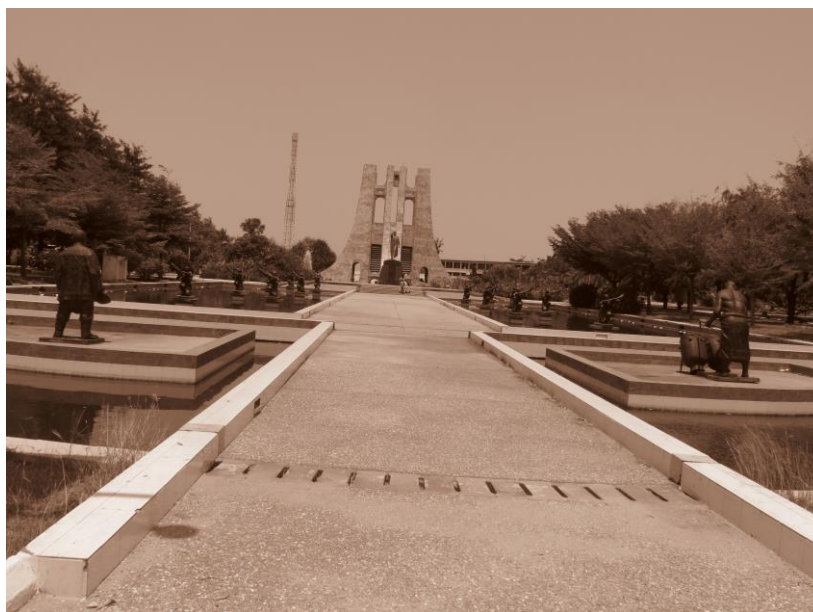
Aqui mais uma surpreendente revelação: conforme o Manse Tabon nos revelou, existiram três levas de retornados para Gana. Uma do início do século XIX composta por libertos que decidiram retornar à África; uma segunda composta por revoltosos capturados durante a Revolta dos Malês de 1835 na Bahia; e uma posterior ao que parece também composta por libertos querendo retornar para a África. A revelação de que uma das levas que trouxe pessoas negras do Brasil para Gana estava relacionada com a Revolta dos Malês- marco importantíssimo da resistência negra à escravidão no Brasil e fato histórico de onde foi pensado o nome para o campus universitário onde trabalhamos - gerou em nós uma comoção, uma percepção do vínculo e da história compartilhada. Nos deu certeza de que ir a Gana foi um importante passo na aproximação, sistematização e aprendizados em diferentes contextos africanos, o que é imprescindível para o nosso exercício como pesquisadoras e educadoras.

Figura 8: O cotidiano da cidade – interior de um café Centro Cultural, detalhe do trânsito, e cena do mercado Makola



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.

Figura 9: Parque e Memorial Nkrumah.



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.

Figura 10: Crianças visitam o memorial de Nkrumah



Fonte: Acervo da pesquisa de campo, 2018.

RETORNOS ÀS NARRATIVAS SOBRE ÁFRICA



Este artigo busca apresentar nossas reflexões sobre uma viagem que também é um retorno, um retorno às narrativas sobre África, às teorias, às memórias construídas pelos africanos em diáspora. Buscamos compartilhar os diversos níveis, teóricos, conceituais, metodológicos, mas também sensoriais e mesmo ontológicos desta experiência, sem deixar de lado às problematizações advindas do confronto entre as visões míticas de África, os estereótipos sobre África e africanos e a realidade vivenciada de múltiplos contextos, práticas e vozes lá encontradas.

O contato entre pessoas de diferentes realidades culturais e sociais, perguntando-lhes sempre: o que imaginavam do Brasil (no caso dos estrangeiros!)? E o que pensavam da Bahia, de São Francisco do Conde (os que vieram/vêm de outros Estados do país)? Quando saíram de suas casas, interiores, aldeias e cidades o que esperavam ou o que operavam em seu imaginário? Essa é a primeira questão que sugerimos, que nenhum deles perca de vista e sempre reflitam sobre ela. O convívio com multiplicidades culturais, sentidos e paramentos de realidades não é uma tarefa fácil para nenhum de nós. Consideramos, entretanto, de grande riqueza, pois nos coloca muitos desafios.

Vale lembrar a chegada das/os primeiras/os estudantes brasileiras/os e africanas/os no *campus* dos Malês. O momento era de euforia e incertezas diante do que estava por vir. O estranhamento e o choque cultural iminente com o qual iriam se deparar, em particular aqueles e aquelas vindas dos diferentes contextos dos países africanos. Criou-se naquele momento um espaço de diálogo¹³ que trouxe algumas questões que continuam desafiadoras para nós, algumas das quais buscamos problematizar para refletir sobre o nosso fazer nesta dinâmica de (re) significação das relações e das práticas no ensino-aprendizado.

Prosseguindo. O espaço de diálogo foi aberto e as/os recém-chegadas/os estudantes foram falando sobre os motivos que levaram a escolher a Unilab. Sobre o que significava a experiência particular de sair para estudar longe de casa, em outro Estado e país. Refletimos sobre as questões suscitadas a partir da exibição de trechos do filme/documentário: “Cartas para Angola”,¹⁴ que mostra a troca de cartas entre brasileiros e angolanos. A partir da leitura das cartas o enredo é tecido com as impressões que cada

¹³ A proposta foi um encontro de recepção e acolhimento no formato de roda de conversa, intitulada “Conversando sobre educação e juventude: questões sobre a realidade brasileira”, para que pudessem falar.

¹⁴ Conferir: RUIZ & MATOS (2012).

um tem sobre si e o outro, seus países, seus lugares e dos outros. Daí estes leitores/interlocutores desdobram sonhos, projetos, desafios e estratégias.

A roda de conversa começou por parabenizar a condição de todas e todos estarem iniciando uma nova etapa da vida ao buscarem a formação educacional na Universidade e por assumirem o desafio de sair para estudar em outro país. Escolha que merece louvor.... Como dissemos, o desafio começa com a saída de cada uma daquelas/es para estudar fora e depois o desafio ganha outras dimensões à medida que mergulham no cotidiano da Universidade e em outros espaços sociais do novo local de moradia, a exemplo do espaço religiosos, lazer, comércio e serviços.

A metáfora “casa” que orientou a roda de conversa tinha como finalidade convidar cada uma delas e cada um deles a gerar proximidade e empatia. Sair de casa para entrar na casa de outros exige descobrir formas de saber entrar e se aproximar. Então, como descobrir, ou melhor, produzir formas de nos aproximarmos uns dos outros. Os caminhos já naquele momento se mostravam múltiplos para trilhar e conhecer algo, alguém ou algum lugar. Porém, como foi se delineando, nada como a experiência vivenciada cotidianamente, a observação atenta aos códigos e sentidos locais. Aí começa o aprendizado. Através da troca, do compartilhamento na busca do aprendizado e do ensino.

Cada pessoa do seu jeito começou a trilhar esses caminhos. Logo, logo a cada novo grupo que chega vão se inserindo de alguma forma no cotidiano da cidade de São Francisco do Conde, além do espaço da Universidade. Vale dizer aqui que essa “inserção” não foi (não é) fácil. As “facilidades e dificuldades” também se colocam a cada um/uma de forma particular, a despeito de coisas que lhes são comuns. Agora, passados seis anos, temos informações e dados resultados das experiências dos estudantes, especialmente os mais antigos, alguns já egressos, inseridos em outras instituições em programas de pós-graduação, além dos mais novos deste fluxo contínuo que nos ajudam a pensar de forma mais concreta e sistemática alguns destes desafios e, da mesma forma, perspectivas para o futuro quanto ao nosso ofício como antropólogas e docentes negras desta instituição.

Voltando à questão da educação superior e sua expansão no Brasil - queremos pontuar brevemente que muitos passos foram dados para que, por exemplo, pudéssemos estar aqui conversando hoje. Destacamos a adoção do programa de expansão das Universidades Federais, o REUNI, em 2008. E antes dele, as políticas de ações afirmativas com adoção de cotas para jovens negros e pobres nas universidades públicas



brasileiras foram fundamentais para este processo. Estas iniciativas abriram, efetivamente, as portas do Ensino Superior para populações negras e indígenas que pouco ou quase não tinham a universidade como horizonte possível.

Apesar de muitas críticas ao REUNI, visto por vezes como sendo apenas um processo de precarização do Ensino Superior Público, este programa foi sem dúvida, um passo importante para a democratização do ensino superior no país, para a renovação dos quadros docentes, inclusive em termos raciais, bem como teve papel central em relação à abordagem de temáticas que durante muito tempo estiveram ausentes ou foram poucas priorizadas como pautas do campo do feminismo negro, da aplicação da LEI 10.639/03 na formação de professores, e na própria questão da produção do conhecimento a partir de perspectivas decolonizadoras e oriundas de outros eixos regionais que não as capitais do sudeste do país. Entretanto, este reconhecimento da importância do REUNI não nos cega para as notórias dificuldades vivenciadas por muitas dessas instituições para cumprirem suas missões de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo da distribuição desigual de recursos financeiros, condições precárias de infraestrutura e falta de políticas efetivas de assistência estudantil, bem como incentivo e condições de produção acadêmica por parte das e dos docentes.

Retomando o ponto ainda sobre a Universidade pública e sua expansão: Após mais de dez anos destas iniciativas, muitos dos argumentos adotados pelos que eram contra as políticas afirmativas e que ainda hoje apontam para um suposto fracasso destas e de outras ações, a exemplo do Prouni, do ENEM, dentre outras, caíram e caem a todo instante por terra. Por exemplo: queda da qualidade, do mérito, o acirramento dos conflitos raciais, do racismo e da intolerância. Estas mudanças na realidade do ensino superior no Brasil, por outro lado, não fazem e nem podem fazer, nossos olhos se fecharem para os problemas que ainda caracterizam a realidade do ensino no Brasil, por exemplo, no ensino fundamental e médio.

Muitas crianças e jovens não chegam a concluir estas etapas do ensino, para que possam tentar uma vaga na Universidade¹⁵. Fora o âmbito da universidade, muitos jovens,

¹⁵ Em relação a índices educacionais, Marcelo Paixão apresenta os seguintes dados: em 1991 apenas cerca de 8,0% do total da população brasileira havia concluído ou estava na universidade, com uma porcentagem estimada de 1,7% de negros e 5,8% de brancos. De acordo com o IBGE, em 2010 cerca de 21% da população havia concluído ou estava cursando o Ensino Superior, deste contingente 16,6 eram brancos e apenas 5,65 negros. (IBGE, 2010). A Contagem do Ensino Superior realizada em 2019 apresentou um quadro onde mais de 50% da população no Ensino Superior seria negra. Estes dados têm sido questionados em termos de realidade e precisão estatística e por isso não estamos levando em conta os referidos dados.

negros e pobres das cidades brasileiros ainda estão fora da escola e continuam sendo vítimas da violência e do racismo. O mapa da violência no país continua indicando números alarmantes. Os jovens nas áreas pobres dos grandes centros urbanos continuam sendo mortos por ações truculentas da polícia, dentre as muitas justificativas, porque são “marginais”, “delinquentes”¹⁶.

Alargando e interseccionando, vale dizer que: o racismo, machismo e a violência (em suas diferentes faces) no Brasil são estruturantes.¹⁷ Observamos, vivemos uma década de muitas mudanças, conquistas e afirmações no campo da educação e da produção do conhecimento, mas também de perdas e retrocessos. Estas perdas e retrocessos se refletem na diminuição dos recursos para as áreas da educação e saúde, por exemplo e mais recentemente nos ataques às Instituições de Ensino e precarização de entidades como o MEC, a CAPES e o CNPQ. Muitos devem estar se perguntando o que isso tudo interessa a vivência universitária? Tem muito. A criação de nossa instituição se insere num conjunto destas políticas educacionais e de relações internacionais. Neste aspecto, não podemos apagar do horizonte de nossas análises e posicionamentos a necessidade de relacionar as questões locais, que nos tocam mais diretamente no dia a dia, e os aspectos mais gerais e conjunturais. Porém, o processo não se dilui facilmente.

A Universidade é um espaço onde estes conflitos aparecem. Nosso campus não seria diferente. As diferenças culturais, as diferenças étnicas (no caso de nossa instituição em sua especificidade de ter no seio de sua comunidade estudantes oriundos não só de outros países de diferentes grupos étnicos/povos e professores também), diferentes línguas, diferentes classes sociais, diferentes pertencimentos políticos e identitários de raça, gênero, sexualidade e religião.

Os estudantes estrangeiros no início serão confundidos, identificados como brasileiros, como dito acima. Uns mais que outros (talvez os cabo-verdianos e são-tomenses menos), ao circularem por outros espaços sociais, e ou em outras cidades da

¹⁶ Conforme o Mapa da Violência de 2020, entre os anos de 2008 e 2018 a taxa de homicídios para a população negra aumentou 11,5% enquanto diminuiu 12,9% para a população não negra no mesmo período. Entre 2008 e 2018 a taxa de feminicídios diminuiu 11,7 % para mulheres não negras e aumentou 12,4 % para mulheres não negras.

¹⁷ Para aprofundar sobre as discussões sobre o racismo e o machismo como estruturantes da sociedade brasileira ver: ALMEIDA (2019); WERNECK (2010); CARNEIRO (1995); GONZALEZ (1984).

Bahia, e fora dela. O que pode ser bom ou não em certos aspectos. Refletimos e continuamos a refletir sobre esta experimentação. Ou como ficou patente ao longo destes quatro anos na cidade de São Francisco do Conde: serem todos denominados pelos moradores locais como “os angolanos”. As generalizações podem aparecer antes, ao serem classificados dentro e fora da Unilab como os “africanos”.

Entre os estudantes de diferentes Estados do Brasil, além dos que são da Bahia, do município e de outras cidades da região, recai dentro do espaço da Universidade a figura geral do “Brasileiro”. O que estas classificações generalizantes podem produzir para o ambiente e a vivência universitária? Como lidar com elas? Ou melhor, como entendê-las? O que nos aproxima e separa a todas e todos?

BREVES CONSIDERAÇÕES

É, pois, no âmbito da vida universitária, ou melhor desta vivência Universitária que temos identificado pistas e produzido forma de produzir conhecimentos. Por fim, uma universidade de intercâmbio internacional com os países africanos contribuiu muito para que possamos conhecer mais de perto o continente africano (e vice-versa), com o qual temos uma relação única, e, para que seja construído outro imaginário sobre o lugar e o papel dos afro-brasileiros na construção do país. A presença dos estudantes estrangeiros, em particular dos estudantes africanos tem despertado, desde os olhares do exótico, do preconceito, da admiração, da curiosidade de saber mais sobre as histórias, as culturas e os modos de vida dos países parceiros, bem como nos feito refletir sobre o racismo e o sexismo que são estruturantes à sociedade brasileira. Uma sociedade que ainda produz conhecimento sobre si assentado em narrativas que se reportam a estas lógicas/ideologias que compõe e afirma um imaginário e representações sobre a nação.

Desta forma, a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, que se insere no contexto da expansão da educação superior no Brasil, a partir do aumento de investimentos em ciência, tecnologia e cultura, e do número de instituições federais de educação superior (ampliação das existentes e criação de novas unidades), foi um dos eixos centrais da política educacional do governo brasileiro, aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que terá por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa. Sendo assim, a UNILAB se insere, portanto, no contexto de



internacionalização da educação superior, atendendo à política do governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na perspectiva da cooperação solidária, ela valorizará e apoiará o potencial de colaboração e aprendizagem entre países, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo (SP): *Pólen*, 2019.

ASHUN, Ato. Elmina Castle and the Slave Trade. Documentário. Cape Coast, CC- Gana. University of *Cape Coast*. 52 min. 2009.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília (DF): MEC, 2004.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada, Brasília (DF): MEC, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/301>>. Acesso em: 15/06/2020.

DEUS, Zélia Amador. Políticas de Ação Afirmativa como Estratégia de Construção da Igualdade Racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 87-100, maio 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/684>>. Acesso em: 14 maio 2021.

DO NASCIMENTO, Alexsandro Ribeiro; DA SILVA LIRA, Rafaela Franklin. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira: usos e compreensões da lei 10.639/03. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, n. Ed. Especi, p. 820-835, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/467>>. Acesso em: 20/01/2020.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 141-162, mai. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>> Acesso em: 15/05/20

_____. Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na sociedade brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em: 31/08/20.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE. 2012. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>>. Acesso em: 02/05 2021.

IPEA. INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA. Atlas da Violência 2020. Brasília: IPEA 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo>>. Acesso em: 02/05/2021.

Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 30/05/2020.

Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em: 30/05/2020.

Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em 30/05/2020.

PAIXÃO, Marcelo. 500 Anos de solidão: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Curitiba (PR): Editora Appris, 2013.

REIS, João José. Rebeliões Escravas no Brasil. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2003.

RUIZ, Coraci, and Julio Matos. Cartas Para Angola. Documentário. São Paulo (SP), 75 min Edition: Cisco Laboratory; co-production Tapari – Cinematography, 2012.

SOUZA, Cristiane Santos. Treading Other Paths within Afro-Diasporic Contexts: Unilab Students? *Experiences, Challenges, and Perspectives. Humanities*, v. 8, p. 76-7, 2019. Disponível em: < <https://www.mdpi.com/2076-0787/8/2/76> > Acesso em: 28/01/2019.

SOARES, Maria Andrea dos Santos. On the Colonial Past of Anthropology: Teaching Race and Coloniality in the Global South. *Humanities*, v. 8, p. 1-12, 2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2076-0787/8/2/88>> Acesso em: 05/02/2019.

UNILAB. 2017a. Estatuto. pp. 1–39. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/estatuto-da-unilab/>> Acesso em: 12/12/2018.

UNILAB. 2017b. Regimento Geral. p. 1–43. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/institucional-2/>> Acesso em: 12/12/2018.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v.1, n.1, p. 08-17, mar-jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/303>> Acesso em: 31/05/2020.

Recebido em: 18/06/2020

Aprovado em: 11/05/2021